

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Vereadores Cotiporã

REQUERIMENTO DE INSTALAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI Nº 001/2023

AUTORES: Ivaldino Antônio Frizon, Douglas Penso, Jovani Zanette, Dener Zanella e

Inês Storti.

DATA: 04/09/2023

Aprovado com votos a favor e votos contrários.
Sala de sessões em 2000 presidente

EMENTA: "REQUER A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR OS ATESTADOS MÉDICOS APRESENTADOS PELA VER." FERNANDA DE MARCO, NA DATA DE 06 DE JULHO DE 2023."

Sr. Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, nos termos do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição Federal, na forma do art. 45 da Lei Orgânica Municipal e art. 77 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atestados apresentados pela Ver.ª Fernanda de Marco, na data de 06 de julho de 2023, os quais apresentavam datas pré-datadas (07/07/23 e 20/07/23).

JUSTIFICATIVA

Na Sessão Ordinária realizada em 07 de julho de 2023, veio a conhecimento do Plenário que a Ver.ª Fernanda de Marco teria apresentado atestados à Câmara Municipal de Vereadores, contudo, os mesmos possuíam algumas incongruências, pois ambos os atestados eram pré-datados, motivo pelo qual os documentos foram enviados à Comissão de Constituição e Justiça para averiguação de validade e legalidade e elaboração de respectivo parecer.

Assim, considerando o parecer exarado pela Comissão supracitada, o qual opinou pela abertura de uma CPI, os Vereadores signatários, vêm, pelo presente,

RUA BENTO GONÇALVES, 44 – FONE: (54) 3446 2854 – CEP: 95.335-000 – COTIPORÃ – R CNPJ: 34.771.787/0001-07 – EMAIL: camara@cotipora.rs.gov.br

Her for

TAK



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Câmara Municipal de Vereadores Cotiporã

requerer a instauração de uma comissão para investigação da legalidade e validade dos atestados médicos, bem como a conduta da Vereadora, considerando que há indícios de que os atestados foram emitidos com propósito de sustentar a ausência da Vereadora nas sessões ordinárias do mês de julho de 2023, a fim de que sua remuneração não fosse impactada, o que pode configurar quebra de decoro parlamentar e improbidade administrativa.

Posto isto, entendemos necessária a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para uma justa e efetiva investigação, tendo em vista que as respostas apresentadas pela Vereadora foram inconclusivas e até então não justificaram o ato por ela praticado.

Impõe-se, por conseguinte, uma completa investigação, justificando-se plenamente a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO.

Cotiporã, 04 de setembro de 2023.

Douglas Penso – PSD

Dener Zanella - PP

Ivaldino A. Frizon - PSD

Jovani Zanette - PP

Inês Storti -PP

11/2

Presidente da Câmara Mun. Vereadores de Cotipora